



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

MARLEIDE QUINTINO BARBOSA

**A INFLUÊNCIA DA IGREJA NA ORGANIZAÇÃO SOCIAL DOS
CAMPONESES DE ALAGAMAR/PB**

JOÃO PESSOA

2017

MARLEIDE QUINTINO BARBOSA

**A INFLUÊNCIA DA IGREJA NA ORGANIZAÇÃO SOCIAL DOS
CAMPONESES DE ALAGAMAR/PB**

Trabalho apresentado ao Curso de Especialização em Educação do Campo, da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de especialista em Educação do Campo.

ORIENTADORA: Profa. Dra. Francisca Alexandre de Lima

JOÃO PESSOA

2017

B238i Barbosa, Marleide Quintino.

A influência da igreja na organização social dos camponeses de Alagamar/PB / Marleide Quintino Barbosa. – João Pessoa: UFPB, 2017.

48f. : il.

Orientadora: Francisca Alexandre de Lima

Trabalho de Conclusão de Curso (especialização em Educação do Campo) – Universidade Federal da Paraíba/Centro de Educação

1. Camponeses. 2. Conflito agrário. 3. Dom José Maria Pires.
I. Título.

UFPB/CE/BS

CDU: 376.7(043.2)

MARLEIDE QUINTINO BARBOSA

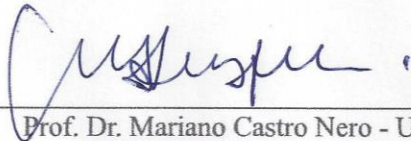
**A INFLUÊNCIA DA IGREJA NA ORGANIZAÇÃO SOCIAL DOS CAMPONESES
DE ALAGAMAR/PB**

APROVADO EM: 15/12/2017

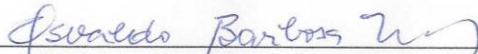
BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Francisca Alexandre de Lima - UFPB
(Orientadora)



Prof. Dr. Mariano Castro Nero - UFPB
(Examinador)



Prof. Me. Osvaldo Barbosa Maia - UFPB
(Examinador)

JOÃO PESSOA

2017

Ao meu pai José Quintino Barbosa (in memoriam), meu grande exemplo de honestidade, ética, e moral, sempre presente em todos os momentos da minha vida oferecendo apoio e dedicação a todos os meus projetos.

AGRADECIMENTO

Viver a vida na lida no campo do interior do Nordeste é transformar sofrimento em aprendizagem e alegria, uma luta constante por melhores condições de vida.

Sou grata a Deus, por me fazer mais forte do que penso ser.

Agradeço a Deus por todas as bênçãos, sabedoria e força, para enfrentar as dificuldades.

À minha mãe sempre paciente e compreensiva.

Ao meu esposo Alex Sandro, pelo apoio e compreensão.

Ao meu filho Alessander, meu maior exemplo de perseverança.

Ao amigo Luis Carlos Paulino, grande incentivador.

À minha amiga Maria Goret companheira em todos os momentos

Um agradecimento carinhoso a professora e orientadora Dra. Francisca Alexandre de Lima, pelo apoio e incentivo, pelas exigências, compreensão e paciência nas orientações. Pela dedicação do seu tempo e por compartilhar suas experiências que foram fundamentais para esse trabalho

Agradeço também a todos os mestres que de maneira particular, passaram seus ensinamentos que somaram muita sabedoria a minha vivência.

Enfim, a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização desse sonho.

Muito obrigada a todos vocês!

“Serviço eclesial baseado na fé bíblica, que se põe ao lado das vítimas do latifúndio e da política oficial, seguindo a mesma inspiração de luta do povo de Deus em busca da Terra Prometida.”

(Dom José Maria Pires)

LISTA DE SIGLAS

CEB	Comunidades Eclesiais de Bases
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CPT	Comissão Pastoral da Terra
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FETAG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura
MG	Minas Gerais
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
PB	Paraíba
PE	Pernambuco

RESUMO

Esse estudo pesquisou aspectos histórico-sociais da contribuição da Igreja Católica à organização dos camponeses, na luta pela posse da terra na região do Agreste paraibano, no município de Salgado de São Félix, por meio da luta dos camponeses sofridos e explorados por fazendeiros no interior da Paraíba, no grande assentamento da Fazenda Grande Alagamar. Essa Pesquisa de Campo, de caráter qualitativo, ocorreu por meio da aplicação de um roteiro de entrevista com três agricultores que vivenciaram os conflitos pela posse de terra na região de Grande Alagamar, com o objetivo de analisar a relevância histórico-sociocultural da Igreja Católica na luta pela terra no assentamento paraibano de Alagamar. Os elos comunicantes entre o movimento social na época dos conflitos de terra e a organização sociocultural do Grande Alagamar perpassam pelo fato dos três agricultores entrevistados nessa pesquisa ainda atuarem ativamente nos respectivos movimentos sociais, por meio dos sindicatos, tornaram-se agentes multiplicadores dos ensinamentos de Dom José Maria Pires. A Igreja Católica desempenhava um papel de justiça e luta por igualdade, fazendo com que a história do povo envolvido no conflito agrário pela posse e permanência na terra do assentamento de Grande Alagamar alcançasse repercussão nacional e internacional.

Palavras-Chave: Camponeses. Conflito agrário. Dom José Maria Pires. Grande Alagamar. Igreja Católica.

ABSTRACT

This study investigated historical and social aspects of the contribution of the Catholic Church to the organization of peasants in the struggle for land tenure in the Agreste region of Paraíba, in the municipality of Salgado de São Félix, through the struggle of the peasants suffered and exploited by farmers in the interior of Paraíba, in the great settlement of Fazenda Grande Alagamar.

The linkages between the social movement in the time of the land conflicts and the socio-cultural organization of the Grande Alagamar are due to the fact that the three farmers interviewed in this research still actively participate in the respective social movements, through the unions, became multipliers of the teachings of Father José Maria Pires. The Catholic Church played a role of justice and struggle for equality, making the history of the people involved in the agrarian conflict for the possession and permanence in the land of the settlement of Great Alagamar achieved national and international repercussion.

Keywords: Agrarian conflict. Catholic Church. Father José Maria Pires. Grande Alagamar. Peasants.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 A IGREJA CATÓLICA E O MOVIMENTO SOCIAL PELA POSSE DA TERRA EM GRANDE ALAGAMAR	12
1.1 A BIOGRAFIA DE DOM JOSÉ MARIA PIRES	15
2 O GRANDE ALAGAMAR: uma história de luta pela terra na Paraíba	20
2.1 A LUTA PELA POSSE DA TERRA EM ALAGAMAR: Camponeses, Igreja Católica e Movimentos Sociais	21
3 A RELEVÂNCIA DE DOM JOSÉ MARIA PIRES NO MOVIMENTO SOCIAL DOS CAMPONESES DE GRANDE ALAGAMAR	25
4 AS LIGAS CAMPONESAS E CONFLITOS DE TERRA	27
4.1 AS LIGAS CAMPONESAS NA PARAIBA	30
5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	34
5.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	24
5.2 CAMPO EMPÍRICO	34
5.3 SUJEITOS E INSTRUMENTOS NA CONSTRUÇÃO DE DADOS	35
6 RESULTADOS DA PESQUISA	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
REFERÊNCIAS	43
APÊNDICE	45

INTRODUÇÃO

O interesse em pesquisar os aspectos histórico-sociais que colaboraram para a Igreja Católica contribuir positivamente à organização dos camponeses, na luta pela posse da terra na região do Agreste paraibano, denominado de Grande Alagamar, surgiu após anos de experiência em sala de aula e na busca por trazer à tona a luta de um povo sofrido e explorado por fazendeiros no interior da Paraíba (PB), no grande assentamento da Fazenda Grande Alagamar, no município de Salgado de São Félix.

O Grande Alagamar, numa época em que as leis quase não existiam, e o poder político local e estadual ditavam regras, tinha uma população camponesa vulnerável e socialmente excluída que ficavam às margens da sociedade. Na seara da disputa pela terra, a Educação representa um dos pilares edificantes e desempenha um papel primordial em todo e qualquer processo de luta e resistência, sobretudo levando em consideração sua participação na formação da cultura e identidade camponesas, identificados na luta de muitos contra os efeitos nocivos do capitalismo e da cultura consumista que gera desigualdade sociocultural.

Os movimentos sociais têm o relevante papel de levar o indivíduo a perceber sua importância na construção de uma identidade coletiva, representando uma força contrária ao processo de globalização econômica e espetacularização midiática da vida sociocultural. Pois, o sistema capitalista detém os meios de produção e o proletário vende sua força de trabalho, entendemos esse sistema de dominação, onde toda e qualquer classe que busca seus direitos, tende a sofrer repressões, perseguições e até morte, numa luta desumana e desigual.

Estudos de Andrade (1989), Souza (1996), Bandeira, Silveira e Miele (1997), Passos (2011), Pereira (2012) e Nunes (2013) mostram que o movimento dos camponeses no Brasil representa o esforço histórico de legitimar-se como sendo uma organização, objetivando reivindicar por melhores condições de vida e trabalho. Porém, o cenário político-social, ideal à expansão e consolidação desse movimento de luta pela terra ocorreu entre os anos de 1950 e 1960, sendo mais forte na região Nordeste do Brasil. Foi nessas décadas que emergiu a emergência da luta do homem do campo pela posse e permanência na terra.

A relevância histórico-social dessa pesquisa perpassa pela questão agrária recorrente na história da sociedade brasileira, cujo latifúndio tenta esmagar o trabalhador rural, mantendo suas terras improdutivas em detrimento do trabalhador. Como surgimento das Ligas Camponesas, os pequenos agricultores perceberam a real situação em que viviam: de exploração e desprovidos de seus direitos.

A justificativa desse estudo perpassa pelo fato de além de pesquisadora e autora desse estudo, venho atuando em sala de aula como professora na escola do campo, justamente no município de Salgado de São Félix/PB e ser estudante do curso de especialização em Educação do Campo, na Universidade Federal da Paraíba. Esse tudo busca contribuir para resgatar esse recorte histórico da história paraibana, cristalizando a memória coletiva dos camponeses de Grande Alagamar nos moldes de um estudo monográfico.

Essa pesquisa caracteriza-se como sendo uma Pesquisa de Campo, de caráter qualitativo, alinhada com uma pesquisa descritiva e exploratória, por meio da aplicação de um roteiro de entrevista com três agricultores que vivenciaram os conflitos pela posse de terra na região de Grande Alagamar, com o objetivo de compreender como se deu a participação da Igreja Católica no movimento social dos camponeses em virtude da disputa pela permanência na terra.

Na busca por responder ao seguinte questionamento: Como se deu a participação e contribuição da Igreja Católica na organização social dos camponeses de Grande Alagamar? Para tanto foram propostos os seguintes objetivos: Objetivo Geral - analisar a relevância histórico-sociocultural da Igreja na luta pela terra no assentamento paraibano de Alagamar. E os seguintes Objetivos Específicos: discutir os fatores que contribuíram para Igreja intervir na luta pela terra dos trabalhadores rurais de Alagamar; compreender os elos comunicantes entre o movimento social pela permanência nas terras em Alagamar e a organização social da localidade; apresentar os aspectos históricos relativos ao conflito de terra no Grande Alagamar, evidenciando a figura ativa de Dom José Maria Pires na história de Alagamar.

Para uma melhor visualização do leitor, essa monografia está dividida em seis partes. A Primeira seção apresenta a Igreja Católica e o movimento social pela posse da terra em Grande Alagamar, evidenciando a biografia de Dom José Maria Pires. A segunda parte trata da história de luta pela terra no Grande Alagamar/PB, evidenciando a relação entre os camponeses, a Igreja Católica e os movimentos sociais. O terceiro capítulo aborda a relevância de Dom José Maria Pires no movimento social dos camponeses de Grande Alagamar. O quarto capítulo apresenta os contextos das Ligas Camponesas e dos conflitos de terra no Grande Alagamar. O quinto capítulo apresenta a metodologia utilizado nesse estudo. Enquanto que o sexto capítulo apresenta os resultados da pesquisa.

1 A IGREJA CATÓLICA E O MOVIMENTO SOCIAL PELA POSSE DA TERRA EM GRANDE ALAGAMAR

Os conflitos pela terra na década de 1970 foi uma realidade vivenciada pelos trabalhadores de alguns estados brasileiros, considerado por uma grande maioria como uma luta desumana e desigual, já que a mesma acontecia entre um grupo de latifundiários que detinham o poder político e econômico e por meio de suas influências conseguiam o apoio de outras autoridades, um verdadeiro conluio para prejudicar os camponeses e agricultores. Do outro lado estavam os agricultores desprovidos de bens e de influência, sem nenhuma forma de poder e ameaçados de perderem o direito de continuarem trabalhando nas terras, de onde tiravam o sustento de suas famílias.

Nesse momento surgem algumas entidades que, diante de situações de injustiça, tal como os conflitos em Grande Alagamar, demonstrando interesse na causa do povo camponês e agindo contrariamente à situação de exploração e vitimização em virtude da opressão por parte do poder organizado.

Em setembro de 1950, a igreja católica torna público o seu primeiro documento discutindo a questão da terra no Brasil, foi um documento elaborado por Dom Inocêncio Engelke - Bispo da Campanha – MG - e apresentado na primeira semana Ruralista. Dizia o documento que a igreja já havia perdido os operários e não poderia perder os camponeses, este documento descreve a situação de pobreza a que os camponeses estavam submetidos e incita a igreja para que ela lidere um movimento para melhorar a vida destes trabalhadores, pois do contrário estas pessoas poderiam ser vítimas de revolucionários (BALDUINO, 2006, p. 32)

A Igreja Católica ciente das situações pelas quais os camponeses estavam passando e reconhecendo que em outras circunstâncias tinha ficado omissa e que poderia ter abraçado a causa do oprimido, resolve a partir de então se colocar ao lado dos agricultores, tendo em vista a intenção de liderar um movimento com o propósito de colaborar na melhoria das condições de vida desse povo. Isso pode ser comprovado quando, no Brasil afora, vários levantes ocorreram e a Igreja teve uma efetiva e significativa participação, pois a mesma precisava se adequar ao momento político e também por não querer perder o controle sobre suas bases, que tinham no povo humilde e simples seus maiores e fervorosos adeptos.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) é uma instituição civil, sem fins lucrativos, criada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em 1975. A Igreja decide criar a CPT, mais um instrumento a ser utilizado para defender os pequenos agricultores, que na sua grande maioria não dispõem de informações necessárias para lutarem por seus direitos

e que nessa luta o apoio de instituições organizadas muitas vezes é fator decisivo para os bons resultados. E a Igreja Católica passa a entender que é povo, sendo povo, obrigatoriamente tende a tomar as dores dessa população vítima do descaso.

Os conflitos decorrem por um lado da ação de grupos que lutam contra o acesso desigual a terra e ao uso dos recursos naturais, contra a insegurança da posse e a distribuição concentrada da propriedade. Por outro lado, decorrem também da reação dos grandes proprietários aos esforços empreendidos pelos movimentos sociais para reduzir a concentração fundiária, democratizar a terra e pressionar o estado a mudar o padrão de suas políticas agrárias em um contexto de fechamento da fronteira (CPT, 2012 p.18).

Os conflitos ocorridos no campo são consequências do não cumprimento e também da ineficiência das políticas públicas agrícolas, onde os pequenos agricultores que têm no campo seu único meio de sobrevivência, perdem espaço para latifundiários que na maioria das vezes deixam a terra improdutiva ou a usam para fins de acumulação de riqueza.

Em Grande Alagamar, a Igreja juntou-se a outros órgãos que estavam ao lado dos agricultores na luta pela permanência nas terras. “Não há que esquecer que os conflitos sociais que atravessam a sociedade, também dividem e aí refrata seu aspecto ideológico. Esta é uma instituição inserida na vida social e sujeita as pressões de interesses contraditórios” (SOUZA, 1996, p. 81). Nas fazendas reunidas, Grande Alagamar, a Igreja tornou-se a principal voz de protestos e apoio àqueles agricultores, e esteve presente desde os primeiros momentos da luta pelo direito de permanecer na terra.

Segundo Muniz (2000), não obstante é interessante observarmos que não era unânime entre todos da Igreja Católica que estavam a favor desse pensamento. Porém é necessário apresentarmos que o grupo em Alagamar estava representado por Dom José Maria Pires, o qual agiu de maneira coerente e corajosa, presentes e participativos em todas as circunstâncias envolvendo os agricultores.

Em janeiro de 1980, as terras cultivadas foram invadidas e pisoteadas pelo gado dos proprietários, Dom Pelé, como Dom José também era chamado, juntamente com Dom Helder e outros bispos foram até a região para ajudar pessoalmente os camponeses na expulsão do gado e na retomada da terra (MUNIZ, 200, p. 32).

A Igreja Católica de fato foi a principal responsável pela efetiva organização dos agricultores em Alagamar, por meio de Dom José Maria Pires. Assim, dar-se início à formação do movimento social pela posse da terra. Foi a Igreja que começou a se reunir com os agricultores e seus familiares para conscientizar dos seus direitos e evitar a situação de exploração e violência sofrida por esses trabalhadores, cujos gestores públicos e a sociedade

vigente tinham conhecimento da situação, mas não obrigavam as autoridades a tomarem medidas no sentido de solucionar questões polêmicas, como a que esses agricultores estavam vivenciando.

A Arquidiocese da Paraíba entra na luta pela posse da terra do povo de Grande Alagamar, principalmente em virtude da influência e coordenação de Dom José Maria Pires, que em todo momento foi se encontro ao sofrimento desses agricultores. Talvez o fato de Dom José Maria Pires ter ficado à frente da instituição, tenha feito com que a presença da Igreja Católica em Grande Alagamar tenha sido permanente do princípio ao fim do conflito, pois era de conhecimento de todos, que para Dom José Maria Pires, viver o evangelho era optar pelos menos favorecidos.

A Carta Pastoral sobre o Compromisso da Igreja com os Fracos e Oprimidos, que havia sido escrito em 1978, informa que alguns chamavam de Teologia da Enxada. Em Grande Alagamar a Igreja juntou-se a outros órgãos que estavam ao lado dos agricultores na luta pela permanência na terra. “Não há que esquecer que os conflitos sociais, que atravessam a sociedade, também dividem e aí refratam seu aspecto ideológico. Esta é uma instituição inserida na vida social e sujeita às pressões de interesses contraditórios” (SOUZA, 1996, p. 81).

No Grande Alagamar, a Igreja tornou-se a principal voz de protesto e apoio àqueles agricultores, ela esteve presente desde os primeiros momentos de luta pelo direito de permanecer na terra. Não obstante é interessante observar que mesmo não sendo todos os que faziam a igreja católica que estavam a favor desse pensamento. Porém, faz necessário lembrarmos que o grupo de camponeses de Grande Alagamar estava representado por Dom José Maria Pires, o qual agiu de maneira coerente e corajosa com os agricultores oprimidos, presentes e participativos em todas as circunstâncias que envolviam a luta pela terra.

Em janeiro de 1980, as terras cultivadas foram invadidas e pisoteadas pelo gado dos proprietários. Dom Pelé, Dom Helder e outros bispos foram até a região para ajudar pessoalmente os camponeses na expulsão do gado e na retomada da terra. (MUNIZ, 2000, p. 45).

Segundo Muniz (2000), a Igreja Católica de fato é a principal responsável pela efetiva organização dos trabalhadores em Alagamar, por meio de Dom José Maria Pires, é dado início a formação desse movimento social pela posse da terra, foi a Igreja que começou a se reunir com os trabalhadores e seus familiares para lhes deixar conscientes de seus direitos, foi ela que tornou a situação de exploração e violência vivida por esses trabalhadores, de

conhecimento público e em alguns casos obrigando as autoridades a tomarem medidas no sentido de solucionar questões polêmicas como a que esses agricultores estavam passando.

A Arquidiocese da Paraíba, quando da luta do povo de Alagamar estava sob a coordenação de Dom José Maria Pires, talvez o fato de sua pessoa nesse momento está à frente da instituição, tenha feito com que a presença e permanência da Igreja em Alagamar, tenha sido permanente do princípio ao fim no conflito em Grande Alagamar.

Segundo Muniz (2000), a participação da igreja na organização social, também tinha respaldo na carta da Pastoral, que deixava claro a opção pelos mais carentes e os injustiçados, portanto no período do Movimento Social em Alagamar, a participação e o apoio aos trabalhadores por parte da igreja, não foi um fato acanhado, escondido, pelo contrário, foi um ato explícito que toda sociedade tinha conhecimento e sabia da importância desse posicionamento. Pois, pode-se afirmar que a posição da igreja a favor do povo de Alagamar foi decisiva para que os agricultores conseguissem o direito a permanecer e trabalhar na terra.

1.1 A BIOGRAFIA DE DOM JOSÉ MARIA PIRES

Essa parte da pesquisa foi baseada numa biografia de Dom José Maria Pires publicada no ano de 2011, intitulada de *Um profeta em movimento: Dom José Maria Pires desatando nós*, pela editora mineira O lutador, sob a organização do professor Dr. Mauro Passos. Além de nos basearmos nos estudos de Passos (2011), também nos embasamos em Azzi e Grijp (2008) e, bem como, na dissertação de mestrado de Pereira (2012), intitulada de *Em nome de deus, dos pobres e da libertação: ação pastoral e política em Dom José Maria Pires, de 1966 a 1980*, pela Universidade Federal da Paraíba.

Dom José Maria Pires foi arcebispo emérito da Paraíba, nascido em 15 de março de 1919, na pequenina cidade de Córregos em Minas Gerais, participou das quatro sessões do Vaticano II. À época, sendo o único bispo negro brasileiro, e uma das vozes mais importantes do episcopado brasileiro irá assumir a nova imagem de Igreja proposta pelo Concílio. Despertará com sua pregação a vontade de tantos irmãos na ajuda eficaz aos que sofrem injustiças. Atenderá ao apelo de Deus na história e não permanecerá impassível diante do grito do sofrido (PEREIRA, 2012).

Ele perceberá que a Igreja estava mudando e alegremente avançará com coragem! É essa coisa simples feita por gente simples que é capaz de mudar o mundo, simplesmente. Este filho de gente pobre teve por pais Eleutério Augusto Pires e Pedrelina Maria de Jesus, e aprenderá desde cedo que deve permanecer com os pés no chão. Ao pisar o chão de sua terra

natal aprendeu as lições permanentes de como ser padre, bispo e pastor. Jamais esquecerá de que é alguém de pés descalços. E é nesse contato com o chão que se torna um pastor fiel (PASSOS, 2011).

Foi ordenado padre em Diamantina/MG, em 20 de dezembro de 1941, com mais de completou 70 anos de sacerdócio, atuando como pároco, diretor de colégio, e missionário diocesano. Foi consagrado bispo também em Diamantina/MG, em 22 de setembro de 1957, e, em 2017, comemorou-se os 60 anos de episcopado de Dom José Maria Pires, iniciando seu ministério na diocese de Araçuaí/MG, como seu terceiro bispo, de 1957 a 1965 (AZZI; GRIJP, 2008).

Seu lema episcopal era *Scientiam Salutis* (a ciência da salvação). Nomeado pelo Papa Paulo VI, foi o quarto arcebispo metropolitano da Paraíba de 02.12.1965 até 29.11.1995, quando renunciou por idade. Desde então, como bispo emérito peregrino, vive como pregador ambulante levando o Evangelho com vigor que causa uma santa inveja (PEREIRA, 2012).

Desde muito cedo aprendeu a arte do bem falar: silêncio primeiro, palavra adequada depois. Em seguida, assume com primor e delicadeza, a certeza de ser um bispo pastor: amigo, evangélico, simples e, sobretudo, servidor dos empobrecidos. Sua ação em favor dos simples é um programa de vida. Vejamos seu discurso de posse como arcebispo metropolitano da Paraíba, secundado por Dom Helder Pessoa Câmara, em plena ditadura militar brasileira, com sua ideologia da segurança nacional, que nega a liberdade e a dignidade da pessoa humana (PASSOS, 2011).

Dom José Maria Pires não quis trazer à Paraíba uma mentalidade de Minas Gerais, costume ou uma civilização do estado em que nasceu, naquilo em que esta civilização, esta mentalidade, estes costumes forem diferentes da civilização, da mentalidade e dos costumes da Paraíba.

O diálogo, tal como foi preconizado na bela carta programática do Papa Paulo VI, *Ecclesiam Suam*, e ainda melhor expresso na Constituição *Lumen Gentium* se tornou para dom José Maria o critério da vida pastoral. Tornar-se-á exímio defensor do povo negro, sendo em sua vida alcunhado por dois apelidos carinhosos e densamente simbólicos: no começo de sua vida episcopal será chamado como dom Pelé (por Dom José Vicente Távora, bispo dos operários), ligando-o ao futebolista brasileiro de fama internacional. Depois de alguns anos, será renomeado por dom Pedro Casaldáliga (prelado emérito de São Felix do Araguaia, MT) como Dom Zumbi, para conectá-lo à causa do povo negro no Brasil, fazendo memória do líder dos quilombos brasileiros, Zumbi dos Palmares (PEREIRA, 2012).

Os apelidos não conseguiram retirar-lhe sua identidade mais profunda, que é a de alguém que sempre assumiu sua origem, sua etnia, e seu amor aos pobres como uma chave interpretativa do mundo e como forma efetiva da encarnação cristã no nordeste brasileiro, mergulhado em tantas injustiças e contradições que exigiam fidelidade radical ao Cristo. Dom José não é um homem de meias palavras nem de meias ações.

Quem o ouve sempre percebe que ele está inteiro no que diz, naquilo que fala e no que sonha e compartilha com seus interlocutores. Ao ouvi-lo, sente-se que se está diante de um verdadeiro pastor: não há arrogância em suas palavras. Sentimo-nos encorajados e desafiados, jamais amedrontados. Dom José Maria Pires, conforme se apresenta na Figura 1, representava o verdadeiro irmão e pastor, que não abdicava do diálogo, pois era guiado pela sua crença e amava o interlocutor.

FIGURA 1: Dom José Maria Pires



Fonte: Jornal da Paraíba, 28 ago 2017.

Para seguir os passos deste bispo negro, em todos os recantos da terra brasileira sempre animando as pequenas comunidades de base, as causas dos empobrecidos e as lutas por justiça social, sem extremismos. Estará entre os operários da primeira hora, quando surgiu a CPT, e ainda entre os apoiadores e animadores do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e ainda de cada uma das dezenas de pastorais sociais, gestadas pelo povo e acolhidas CNBB, quando das presidências proféticas de Dom Aloísio Lorscheider, Dom Ivo Lorscheiter e Dom

Luciano Mendes de Almeida, naquilo que será chamado o momento de ouro da Igreja brasileira, vivido entre as décadas de 1970 e 1980.

Dom José vê, compreende e fala do sofrimento dos agricultores. Conhece os problemas do campo e assume um compromisso como igreja para ser a Igreja com os fracos e oprimidos, ou seja, uma Igreja que toma posição ao lado do pobre por fidelidade ao Evangelho e por amor ao povo. Denuncia o sistema capitalista por seus frutos e por sua segregação das grandes massas. Dirá em 1967:

Dar esmolas, todos acham que é razoável. Mas aceitar que é um roubo guardar o supérfluo quando a outros falta o necessário, isto lhes cheira a marxismo. Realmente, dentro da mentalidade dominante, não é fácil aceitar a receita da Populorum Progressio que é a mesma do Evangelho (PEREIRA, 2012, p. 45).

Sua mensagem é de vida plena e, sobretudo de conversão. Dirá que é preciso ir do centro para a margem. Este será seu contínuo processo vital. Movimentar-se em direção dos pequenos. Ir para a margem da sociedade, da Igreja, do mundo. Fará este gesto ético e religioso motivado por uma profunda vivência de Cristo, além de ser um aprendiz permanente na prática da não violência ativa, como ação de firmeza permanente. Como discípulo de Cristo saberá mostrar ainda hoje as riquezas do Concílio Vaticano II, como um projeto de vida (PASSOS, 2011).

Uma Igreja que se distancie dos centros e que se aproxime das margens do mundo. Uma Igreja que não espere nem confie nos poderosos e nos senhores do mundo. Uma Igreja que deve continuar a cumprir a missão profética de proclamar os direitos dos oprimidos mesmo sabendo que sobre ela pesa a cólera dos governantes, pois só esta fé autêntica é que poderá salvar a pobres e ricos. Nesta Igreja não há lugar para acomodados e passivos. Dirá de forma incisiva:

O catolicismo brasileiro não criou no povo uma consciência de sua cultura, de seus valores, de sua idiossincrasia. A consciência dominante do povo é hierárquica, como aceitação passiva e talvez o maior obstáculo ao verdadeiro desenvolvimento, pois gera acomodação e conformismo (PASSOS, 2011, p. 35).

Para Dom José Maria Pires, o oitavo sacramento é a alegria. Sempre se diz que quando alguém alegre entra em uma casa é como se em um quarto escuro, a janela se abrisse para a luz entrar. Esse será a tarefa de dom José: com os pés descalços, abrir as janelas da Santa Igreja. Não terá sido esse o pedido de outro José, o bergamasco Roncalli, quando convocou o Concílio? Ainda hoje precisamos de bispos que abram as janelas de nossas Igrejas para que a

alegria do Cristo nos rejuvenesça. Gente como dom José, de pés descalços, camisa arregaçada na luta pelos pobres e uma alegria convicta no coração, verdadeiros filhos e herdeiros do Concílio. Dom José Maria Pires faleceu em 27 de agosto de 2017, com mais de 98 anos de muita profecia, mergulho na vida e pé na estrada ao lado de Jesus peregrino (PEREIRA, 2012).

2 O GRANDE ALAGAMAR: uma história de luta pela terra na Paraíba

A partir da década de 1970, no Agreste paraibano, mais precisamente no Grande Alagamar, enquanto seu proprietário Arnaldo Maroja era vivo, as famílias que lá residiam tinham o direito de plantar lavouras de subsistência. A propriedade tinha uma área de aproximadamente 10.000 hectares, com a morte do proprietário, em 07 de novembro de 1975, o testamento estipulava que as terras deveriam ser vendidas e o dinheiro obtido com a venda deveria ser distribuído entre os que estavam no testamento (PEREIRA, 2012).

Por essa época, a pastoral da terra atuava nas fazendas e lutava contra essa decisão, alegando que o governo deveria comprar a propriedade e a mesma ser distribuída entre os que lá viviam. Por fim a mesma foi dividida entre os que estavam contemplados no testamento. Com isso instaurou-se um clima de insatisfação entre os pequenos agricultores, em virtude dos novos donos terem cercado suas terras e iniciado a plantação de cana de açúcar e criação de gado, excluindo os agricultores do direito a realizarem seus plantios para subsistência (AZZI; GRIJP, 2008).

Esses pequenos agricultores tinham ciência de seus direitos e se uniram aos setores governamentais e não-governamentais que os defendiam, buscaram apoio e iniciaram suas reivindicações sem recorrer à violência, visando resistir às novas e injustas medidas. A Igreja Católica tinha uma atuação efetiva nessas lutas, fazendo-se presente na luta por terra na Fazenda Alagamar e via na história de vida do povo de Alagamar, mais uma oportunidade de pôr em prática seu compromisso com o povo pobre e injustiçado (PASSOS, 2011).

Aqueles trabalhadores de Alagamar dependiam dessas terras para provir seus alimentos e garantirem a sobrevivência. Era um clima de incertezas e intranquilidades, pois viviam no sistema de arrendamento e, com a morte do proprietário e o processo de venda das terras, a pressão sobre os agricultores aumentou por parte dos fazendeiros da região, para que desocupassem as terras. O poder e a influência política exerciam seu poder para coagir as famílias que não aceitavam se submeterem às ameaças e pressões, os quais se uniram para permanecer nas terras, trabalhando e lutando pela posse da terra (PEREIRA, 2012).

A luta pela posse da terra do povo de Grande Alagamar se fortaleceu com o apoio da Igreja Católica, que ganhou destaque entre os levantes populares do campo, através das estratégias de luta e pela multiplicação de focos de conflito utilizada contra a ordem, sendo essa uma das razões para a repressão do movimento por parte dos grandes latifundiários e, também, do poder público (SOUZA, 1996).

A Igreja Católica, por meio da Pastoral da Arquidiocese da Paraíba, ofereceu apoio às famílias, decidiu solidarizar com o povo na luta em defesa de seus direitos e em denunciar o desrespeito aos direitos humanos. Com isso, em todas as situações envolvendo a população de Alagamar, a Igreja Católica estava efetivamente presente. Segundo Bandeira, Silveira e Miele (1997), na PB foram cerca de quinze mil associados, no caso da população de Sapé, que na década de 1950 era de 37.918 pessoas e, no início de 1960 contava com aproximadamente dez mil filiados.

A Pastoral Rural defendia que a solução para a questão seria a desapropriação por interesse social, pois acreditava que assim garantiria a permanência do trabalhador na terra, para prover seu sustento por meio da agropecuária. Diante dos fatos os agricultores mantiveram o grupo unido, partilhando o que tinham e sem jamais fazer uso da violência, não abandonavam seus ideais e recorriam à lei para assegurar seus direitos. Desmancharam as cercas e expulsaram animais que haviam sido colocados nas terras onde viviam, elevando os ânimos e causando tensão entre as partes envolvidas (PEREIRA, 2012).

A Igreja Católica estava ciente da situação de opressão e, de fato, no momento esses agricultores eram vítimas do poder organizado, ela apoiou e deu voz a esse povo sofrido, pois acreditava que o bem-estar dos menos favorecidos era o que de fato importava aos preceitos do evangelho.

2.1 A LUTA PELA POSSE DA TERRA EM ALAGAMAR: Camponeses, Igreja Católica e Movimentos Sociais

“Numa terra onde se tange o homem como gado e se defende o gado como homem é uma terra desmoralizada”.

(Dom Francisco Austregélio, *O Norte*, 06/01/1980)

No interior paraibano, mais precisamente na região do Grande Alagamar, o conflito ocorrido em 1975 representa a memória coletiva de injustiça e insensibilidade dos governantes com os trabalhadores rurais, camponeses e agricultores explorados pelos novos proprietários. Em Alagamar os agricultores trabalhavam na lida do campo e conseguiam a geração de renda para prover o sustento da sua família na terra onde viviam, no entanto a ambição e a ganância dos poderosos provocou o clima de tensão e pressão em relação á posse da terra (BANDEIRA; SILVEIRA; MIELE, 1997).

As ameaças se tornaram uma constante na região entre os atores envolvidos pela disputa da terra. Os agricultores teriam que desocupar as terras para que os opressores plantassem cana de açúcar e erguessem cercas visando criação de gado. Com isso surgem alguns questionamentos: para onde os agricultores iriam ao serem expulsos da terra? Como esses camponeses iriam ter uma geração de renda para manter o sustento de suas famílias?

Vale ressaltar que esses camponeses eram desprovidos de escolaridade, sem acesso à educação, cuja única atividade que sabiam desempenhar era cultivar a terra. Com a pressão e disputa pela posse da terra no Grande Alagamar, os trabalhadores se tornaram os mais vulneráveis e tiveram o direito de viver cerceado. Para esses trabalhadores, cuidar da terra era sua vida e não sabiam fazer outra coisa (SOUZA,1996).

Para pessoas, como o povo de Alagamar, o campo é um espaço de vida, de oportunidades e de troca de vivências e aprendizagens, cujo prazer é poder produzir os gêneros necessários à sobrevivência de sua família. Ao se verem diante de uma realidade de opressão e pressão para abandonar as terras onde viviam, esses trabalhadores rurais buscaram apoio na Igreja Católica, por meio da Arquidiocese da Paraíba, que orientou esses camponeses a lutarem de maneira consciente e pacífica, e principalmente, para não se calarem diante do opressor.

A luta camponesa pela propriedade da terra, no Brasil, não é de hoje, tampouco marcou uma época específica, ela se originou com o nascimento da nação, com o descobrimento brasileiro. Mas na época da invasão do capitalismo no campo, particularmente nas décadas de 1940, 50 e 60, o campo brasileiro foi palco de inúmeros movimentos sociais de luta pela terra. [...] No final da década de 1950 as Ligas Camponesas no Nordeste marcaram a história da luta pela terra camponesa (BONETTI, 2007 p. 60).

A partir da década de 1970, em Alagamar/PB, os camponeses e oprimidos se uniram com o propósito de reivindicarem a posse da terra onde moravam e trabalhavam. Cada um com suas particularidades e histórias de vida, sofrimento, injustiça e exploração, mas na coletividade estavam cientes da condição vulnerável em relação à exploração, opressão e violação dos direitos constitucionais, por meio dos contatos mantidos com instituições que os apoiavam, como por exemplo: a Igreja, o sindicato da cidade de Itabaiana/PB, em virtude do sindicato de Salgado de São Félix não ter se comprometido com a causa dos agricultores de Alagamar (PEREIRA, 2012).

Os trabalhadores se apropriaram dos conhecimentos que lhes eram repassados na oralidade e conduziram de maneira pacífica o movimento social pela conquista do direito a permanecer na terra.

De acordo com o *Informativo Arquidiocese n. 83* (1980), ao apresentar o movimento social no campo, a partir da morte do proprietário da fazenda, o SR. Arnaldo Maroja, no ano de 1975, faz-se necessário evidenciar o contexto histórico em relação às ameaças e aos atos de violência contra os agricultores em Alagamar/PB. Esse momento é também o marco inicial da resistência dos trabalhadores e trabalhadoras rurais do Grande Alagamar, que na oportunidade defendiam o direito à posse da terra e a manutenção de seus aspectos socioculturais.

Algumas lideranças dos agricultores, ao se sentirem ameaçados de serem expulsos da terra, procuram na capital a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG), onde confirmam o que já sabiam, ou seja, que os agricultores da região de Grande Alagamar tinham o direito de permanecer na terra e de lutar pela posse jurídica.

A Igreja Católica tinha o mesmo posicionamento, deixando sempre claro que os agricultores tinham o direito de permanecer na terra para trabalhar, morar e viver. Segundo Dom José Maria Pires, inicialmente a FETAG “teve atitudes corajosas, denunciando os fatos lesivos aos agricultores e pleiteando a desapropriação da área. Aos poucos, porém, foi abandonando a causa da desapropriação em razão das pressões recebidas” (Memorial das Ligas Camponesas, 2017).

Às vezes era necessário convocar os camponeses para uma reunião de emergência, porém as dificuldades de comunicação impediam a realização da mesma. Surgiu então a ideia dos foguetões para legitimar a convocação à reunião emergencial:

Cada delegado ficava com alguns foguetões em seu poder. Quando o espocar de três foguetões era ouvido, significava que haveria uma reunião extraordinária. Os delegados das Fazendas próximas à sede da Liga, ao ouvir o sinal combinado, ou seja, os três foguetões, também soltavam outros três, continuando assim, sucessivamente, até chegar a atingir fazendas distantes (SOUZA, 1996, p. 43).

Em Grande Alagamar, também foi através de reuniões feitas por representantes da Igreja Católica e de outras entidades, que os trabalhadores ficavam informados sobre outros movimentos sociais camponeses que aconteciam na Paraíba e no Brasil. Nessas reuniões eram discutidas as questões que envolviam a terra, trocavam experiências que serviam como estímulo para resistência, sem necessariamente o uso da violência.

Muitas dessas reuniões aconteciam às escondidas, em virtude da polícia militar e os jagunços dos fazendeiros vigiarem/intimidarem os agricultores. Essas reuniões eram coordenadas por representantes das Comunidades Eclesiais de Bases (CEB), todavia nem sempre os agricultores podiam contar com a presença dos representantes das entidades.

Geralmente as casas dos próprios moradores eram os locais da realização das reuniões para discutir as dificuldades, perspectivas e plano de ação (PEREIRA, 2012).

Porém, nos momentos que os agricultores estavam sem apoio de instituições, a Igreja Católica decidiu apoiar os agricultores de Alagamar/PB, em virtude de considerarem que há décadas esses camponeses trabalhavam na terra, tirando seu sustento e agora estavam ameaçados de serem expulsos, enquanto os novos proprietários de Alagamar não dependiam dessas terras para sobreviverem.

Segundo Souza (1996), a posição que a Igreja Católica tomou em defesa dos agricultores, por meio da Arquidiocese da Paraíba, representava os preceitos do movimento social à luz do evangelho.

Portanto, tanto a Igreja quanto os movimentos camponeses estiveram ao lado dos oprimidos e, nesse caso, os agricultores do Grande Alagamar, os quais estavam excluídos e desprovidos dos seus direitos à permanência e posse das terras. Esse povo lutava pelo direito de permanecer nessa região, trabalhando e vivendo da agricultura familiar (PEREIRA, 2012).

Segundo Souza (1996), foi justamente nesse período que o presidente da república Ernesto Geisel visitou a Paraíba. Sabendo disso, os agricultores se uniram e organizaram faixas, colocando-se em frente ao Palácio do governo do estado da PB, pedindo a desapropriação das terras da região de Alagamar. Em cuja oportunidade, mesmo ameaçados pela polícia militar, e tendo suas faixas recolhidas, permaneceram lá seus cantando hinos de luta.

Essa mobilização pacífica chamou a atenção do presidente, que fez questão de saber do que se tratava.

Ciente de toda situação, o Ernesto Geisel não fez nenhum pronunciamento, todavia na semana seguinte, de volta a Brasília, anunciou a desapropriação de 2.000 hectares de terras no Grande Alagamar, não era ainda o total desejado, mas era o início da Vitória almejada (SOUZA, 1996, p. 52).

Em 26 de junho de 1980, o presidente João Batista Figueiredo, em visita Alagamar, tentando acalmar os ânimos anunciar a desapropriação do restante das terras.

3 A RELEVÂNCIA DE DOM JOSÉ MARIA PIRES NO MOVIMENTO SOCIAL DOS CAMPONESES DE GRANDE ALAGAMAR

A Arquidiocese da Paraíba assumiu ostensivamente a luta em defesa dos agricultores da região de Grande Alagamar. A figura de Dom José Maria Pires foi de suma importância à causa dos camponeses, por sensibilizar a opinião pública na busca da solidariedade aos trabalhadores rurais ameaçados de expulsão daquele latifúndio. A ação desenvolvida sob a sua coordenação estava fundamentada na Carta Pastoral sobre o compromisso da Igreja com os fracos e oprimidos, que havia escrito em 1978. Era o que alguns chamavam de Teologia da Enxada (PEREIRA, 2012).

A figura de Dom José Maria Pires ultrapassa os limites conceituais de religiosa da Igreja católica, pois é considerado pelos trabalhadores de Alagamar/PB como o ícone histórico que representa o grande advogado de suas causas, em virtude de estar sempre disposto a dar voz aos camponeses, mesmo quando ninguém ouvia seus lamentos (PEREIRA, 2012).

Dom José Maria Pires fez com que a necessidade daquele povo fosse ouvida por todos, ele vivenciou na prática de modo empírico, os preceitos cristãos, ou seja, a luta em defesa dos mais humildes, carentes e vulneráveis. Constantemente visitava essa região do agreste paraibano, Grande Alagamar, onde se reunia com os agricultores, numa ferrenha luta para desarmar todos que por ali passavam, pois temia que a violência se instalasse (PASSOS, 2011).

Em suas visitas, Dom José Maria Pires estava sempre incentivando a resistência em favor dos direitos dos camponeses, sem que necessariamente abandonassem seus costumes e tradições socioculturais, e o que mais era ressaltado por Dom José era que essa luta, por mais difícil que fosse, deveria ser legitimada sem jamais fazer uso da violência, pois sabia que o maior desejo desse povo era restabelecer a paz e a tranquilidade na localidade (PASSOS, 2011).

Dom José Maria Pires não se deixou intimidar em nenhum momento pelos fazendeiros, jagunços, policiais e as forças políticas da ditadura do Regime Militar, ao contrário, ele se posicionava a favor dos oprimidos, sem temer represálias. O religioso fez com que o grito de um povo esquecido ecoasse por terras distantes. Se os trabalhadores conseguiram permanecer fieis aos seus ideais, foi porque a pessoa de Dom José representava o maior exemplo de dignidade e coragem, conseguindo ainda mobilizar outros bispos do

Nordeste, tais como: Dom Elder Câmara, Dom Manoel Pereira da Costa, Dom Marcelo Pinto Cavaleira e Dom Francisco Austragético (PEREIRA, 2012).

Nessa luta camponesa no campo, pela posse e permanência na terra, quanto mais aliados em favor dos trabalhadores melhor seria à causa dos agricultores, já que esses lutavam contra um sistema instaurado há décadas, cuja população se quer conheciam seus direitos. Foi preciso a destemida posição de Dom José Maria Pires em apoio a esse povo, como uma forma de protegê-los, para que a sociedade passasse a conhecer a verdade sobre os fatos que envolviam os conflitos agrários em Alagamar (SOUZA, 1996).

Dom José Maria Pires compreendeu a fala dos que sofriam, conhecia o sofrimento e a problemática do campo e de quem lá vivia. Seu compromisso com a Igreja Católica significava o comprometimento ético-religioso com os fracos e oprimidos. Em sua concepção, ser fiel ao evangelho era estar ao lado dos mais necessitados.

Para o povo de Grande Alagamar, atualmente, Dom José ainda é considerado o maior defensor da sua causa, cuja população manifesta, por ele, amor, respeito e gratidão, que segundo eles não há como descrever. Segundo Dom José Maria Pires:

O que a Arquidiocese tem feito é colocar-se decididamente ao lado dos agricultores, em defesa dos seus direitos de primeiros ocupantes de uma terra que pertence mais a eles, que dela precisam para o seu sustento, do que aqueles que a adquiriram com dinheiro, mas podem viver sem ela. (Memorial das Ligas Camponesas, 2017).

Com essa declaração o religioso e defensor dos camponeses demonstra a coerência na decisão da arquidiocese em enfrentar os poderosos da região paraibana de Alagamar, que tentavam expulsar os trabalhadores das terras para privilegiar o cultivo da cana de açúcar e a criação de gado.

4 AS LIGAS CAMPONESAS E OS CONFLITOS DE TERRA

No cenário sociocultural paraibano, a história do conflito pela posse terra no interior perpassa pela memória histórica das Ligas Camponesas. De acordo com o portal eletrônico das Ligas Camponesas, no início da década de 1950 esse movimento social foi ativo na luta pela reforma agrária e disputa de terra na PB.

Segundo Bandeira, Silveira e Miele (1997) as finalidades das Ligas Camponesas eram prioritariamente assistenciais, principalmente no que se referem às questões jurídicas, médicas e de autodefesa dos trabalhadores que corriam o risco de serem expulsos de terras onde realizaram benfeitorias, sem receberem ao menos indenização. As lideranças pretendiam fortalecer, a médio e longo prazo, a consciência dos agricultores sobre a realidade deles, pois não haviam se dado conta que vivessem num regime de trabalho análogo à escravidão.

Essa era a realidade dos trabalhadores rurais das fazendas, cujos patrões e proprietários das terras permitiam que eles trabalhassem em suas terras, todavia em troca obrigados a realizarem todas as tarefas na fazenda, com subserviência e submissão. Como também os familiares dos trabalhadores eram inseridos como mão de obra para serem explorados na lavoura, cujas esposas serviam no trabalho do campo e ainda nas casas dos senhores fazendeiros realizando tarefas domésticas sem receberem nenhuma remuneração, enquanto suas filhas serviam como babás, e os filhos os acompanhavam na realização dos trabalhos nas fazendas, essa era a real situação dos trabalhadores rurais nas fazendas do Brasil afora, inclusive no Grande Alagamar/PB (PEREIRA, 2012).

Outra realidade era a de que os donos dessas fazendas muitas vezes interferiam na vida pessoal dos trabalhadores, pois decidiam até sobre os casamentos dos filhos dos fazendeiros, onde era feito um acordo sobre quem casava com quem, isso quando os donos das fazendas não usavam para finalidades sexuais as filhas de seus moradores e depois fazia o filho de outro morador assumir a responsabilidade sobre a moça que o mesmo havia desonrada e, em alguns casos, engravidada (ANDRADE, 1989).

Infelizmente, essas situações aconteciam e como os agricultores haviam se habituado ao estado de servidão em que viviam, não tomavam nenhuma medida para coibir esses atos, até porque se ousassem desafiar o fazendeiro e patrão, seriam ameaçados e até mesmo expulsos das terras. De acordo com Pereira (2012), sabendo que a concentração de terras no Brasil é o principal fator de conflitos no campo envolvendo trabalhadores rurais, posseiros, foreiros, arrendatários, camponeses e latifundiários, essa constante de luta pela terra tem raízes ainda no período colonial.

Com isso entendemos que sempre foi uma luta desumana e desigual, pois o grande latifundiário tem todo um aparato em seu favor, enquanto o trabalhador, nem o meio de produção detém, vivendo em estado de miséria, não tinha se quer um incentivo, nem orientação com relação aos seus direitos, portanto se submetiam a todo tipo de exploração.

De acordo com Andrade (1989), o movimento dos camponeses representa o esforço de uma organização social em reivindicar melhores condições de vida e trabalho, mas tem inícios tardiamente. Ora, essa afirmação é pertinente, uma vez que por a história dos movimentos sociais dos camponeses evidencia que a estrutura fundiária de exploração e desmando tem raízes desde a colonização. Mas a partir das décadas de 1950 e 1960 alguns movimentos dos camponeses começaram a surgir, mesmo que de forma acanhada.

Vários movimentos no Nordeste brasileiro contavam com a presença das Ligas Camponesas e reivindicavam melhores condições de vida e a posse da terra onde moravam e trabalhavam. Essa era uma realidade que causava medo às autoridades, que por sua vez, tentavam encontrar formas de reprimir e calar a boca dos líderes desses movimentos sociais e, conseqüentemente, inicia-se uma série de conflitos, cujos agricultores desprovidos de direitos começaram a ser orientados e perceberem o quanto foram explorados. A conscientização dos camponeses deu força à luta pela posse da terra e,

em 1962, o movimento propriamente camponês estava sob a orientação das Ligas Camponesas. Neste mesmo ano, o advogado e político Francisco Julião assumiu um papel fundamental por ser um dos representantes da causa relacionada às Ligas Camponesas e ao homem do campo (VANDECK, 2001, p. 53).

Por sua vez, na concepção de Nunes (2013, p. 34), em seu livro *João Pedro Teixeira, um mártir do latifúndio*. “as Ligas Camponesas organizaram milhares de trabalhadores rurais, seu lema era Reforma Agrária na lei ou na marra”. No Brasil, lutavam contra uma tradicional estrutura latifundiária, as condições miseráveis de vida dos trabalhadores rurais e, por isso, sentiram a necessidade de se mobilizarem por meio das Ligas Camponesas.

A primeira Liga Camponesa foi formada em 1954, em Vitória de Santo Antão, no estado de Pernambuco (PE), reunindo 1.200 trabalhadores rurais. As Ligas Camponesas sofreram forte repressão por parte dos grandes latifundiários rurais e dos agentes da polícia, todavia isso não impediu sua constante e destemida atuação. Segundo Nunes (2013, p 57), quando “as Ligas foram fundadas, tanto em Vitória de Santo Antão/BA, quanto em Sapé, os índices de analfabetismo entre os camponeses beiravam, em certas regiões a 100%”. Essa era uma condição *sine qua non* para a perpetuação do estado de servidão em que vivia o

trabalhador rural nordestino, cujo patrão cuidava para que tal situação fosse mantida, pois era a garantia que ele tinha de que essa forma de *cambão* manteria o camponês em perpetuo estado de servidão e subserviência.

No entanto essa situação começa a ser mudada com a presença das Ligas Camponesas, que inicia esse trabalho de conscientização, orientação e busca dos direitos dos trabalhadores rurais camponeses assegurados na lei, onde há toda uma preocupação em esclarecer e fazer valer a legislação. Como toda luta social, seria uma disputa árdua, pois as pessoas que detinham o poder podiam e fazia uso de todo tipo de artimanha para conter o avanço dos movimentos sociais e da luta dos trabalhadores pela igualdade social e posse da terra.

As Ligas Camponesas promoveram uma ruptura do sistema de exploração dos trabalhadores e, com isso, alguns latifúndios foram obrigados a reverem seus conceitos, repensarem a forma de tratamento dispensada aos camponeses, que há décadas eram obrigados serem submetidos à exploração de seu trabalho e levar uma vida desumana, desprovidos dos mais singulares direitos, tais como: salário, o direito à alimentação digna, educação e direitos constitucionais.

De acordo com Nunes (2013), geralmente era negado ao trabalhador e aos seus filhos o direito à educação e frequentar a escola. Mantendo-se analfabeto o pobre rurícola estava fadado a jamais questionar sua condição de *servo da gleba*, conforme definição dos sobre os camponeses do período feudal.

Mas o camponês, mesmo na condição de analfabeto, era arguto, inteligente e sabia compreender as informações e conhecimentos transmitidos pela oralidade dos seus interlocutores. Dessa maneira, as Ligas Camponesas trataram de conscientizar os camponeses pela retórica e performance oral no mesmo nível de linguagem que eles, ou seja, de modo simples, de fácil compreensão e sem as firulas dos intelectuais.

Há que se atentar para o elevado índice de analfabetismo do campesinato brasileiro. No Nordeste, chega a alcançar em certas áreas, 97%. No município em que nascemos, Bom Jardim, distante apenas 120 quilômetros do Recife, esse índice, incluindo a cidade, é de 90% (JULIÃO, 2009, p. 86).

Essa realidade talvez tenha sido o que mais contribuiu para que o sistema de exploração fosse visto como algo natural entre os trabalhadores de Grande Alagamar, pois desprovidos de educação, faltavam-lhes o entendimento do estado de vulnerabilidade exploração em que viviam, nem se davam conta da vida que levavam, chegando a achar

natural ser explorado, desvalorizado e, muitas vezes, humilhados e violentados por um sistema extremamente desumano.

Atualmente, um número significativo de agricultores se apropriou da leitura e da escrita, o que favoreceu para se atualizarem no que diz respeito a seus direitos, o que lhes dá também embasamento para discussão argumentativa do que lhes compete. Todavia mesmo com oferta da Educação de Jovens e Adultos (EJA), muitos agricultores continuam analfabetos, isso de fato é considerado um retrocesso na história e no tempo da educação brasileira, cuja realidade pode ser constatar no convívio com agricultores do nosso município.

As reivindicações das Ligas Camponesas foram fortalecidas com as medidas do governo de João Goulart, por meio das Reformas de Base, de 1963, cujo pilar da política para o campo era a Reforma Agrária. As Ligas camponesas sofreram todo tipo de repressão durante a Ditadura Militar, sendo presos os principais líderes, houve uma verdadeira caça aos partidários ou simpatizantes dos movimentos identificados como de esquerda.

As Ligas Camponesas eram reconhecidamente autônomas e, portanto, não estavam dispostas a colaborar com o Estado, como represália a esse posicionamento o Estado começa a ofertar mais poder de controle aos sindicatos, para que esses passassem a ter mais influência sobre os agricultores (PASSOS, 2011).

Por volta de 1964 o movimento das Ligas Camponesas foi desarticulado, porém as reivindicações dos trabalhadores passaram a ser um ideal dos sindicatos rurais entre os anos de 1965 e 1983. A partir da década de 1980 o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) do prosseguimento à luta iniciada pelas Ligas Camponesas (PEREIRA, 2012).

Por ter sempre esse posicionamento de autonomia, as Ligas Camponesas representavam uma grande ameaça para o poder constituído dos latifundiários e, por isso, os grandes fazendeiros se uniam para tentar frear as ações desse movimento. E, em primeiro de abril de 1964, com o Golpe Militar, vários líderes fugiram para não serem presos ou foram viver na clandestinidade, e com a ausência dos seus líderes, o movimento se desarticula e enfraquece.

4.1 AS LIGAS CAMPONESAS NA PARAIBA

A partir de 1959 as Ligas Camponesas se expandiram rapidamente em outros estados brasileiros, tais como: Paraíba, Rio de Janeiro e Paraná, aumentando o impacto político do movimento. Dentre esses núcleos, o mais importante foi na Paraíba, mais precisamente na cidade de Sapé, por ser o mais expressivo e o maior de todos. A expansão da Liga Camponesa

de Sapé se acelerou a partir de 1962, em virtude do assassinato de seu principal líder, João Pedro Teixeira, amando do proprietário local (AUED, 1986).

Segundo o *Memorial das Ligas Camponesas* (2017), pouco depois do assassinato do líder local, o núcleo de Sapé/PB congregaria cerca de dez mil membros, enquanto outros núcleos iriam se espalhar pelos municípios limítrofes. É notório perceber a importância do movimento social ocorrido em Sapé que, ao ver seu companheiro e líder ser assassinado, tinha o propósito dar voz e vez aos trabalhadores rurais, cujos integrantes se uniram, fortaleceram o movimento social e deram continuidade ao projeto iniciado por João Pedro Teixeira, lutar por justiça e terra para os que nela trabalham e vivem.

Maria de Aquino, secretária das Ligas Camponesas na Paraíba, diz que “os camponeses não tinham nenhuma consciência dos seus direitos e se submetiam a todas as formas de exploração do latifúndio” (*Memorial das Ligas Camponesas*, 2017). Com isso, pode-se entender a importância das Ligas Camponesas, que passam a trazer para esses camponeses explorados, uma verdade sobre sua real situação e ainda mais, dando-lhes oportunidades de conhecer seus direitos, sendo orientado para exigir, respeito e dignidade, o que antes da presença das Ligas Camponesas não existia.

Segundo Muniz (2000), mesmo que os trabalhadores tivessem entendimento da condição de exploração a qual eram submetidos, talvez fosse muito complicado e difícil lutarem contra o patrão sem o respaldo de entidades, tal como a Igreja Católica e a Liga Camponesa. Os agricultores eram constantemente reprimidos pela força policial local, de jagunços e de outras instâncias maiores. Sabiam que o patrão recorria à repressão, perseguição e violência que estavam habituados praticar contra eles, como uma punição por erros, que na maioria das vezes nem cometiam.

Nesse contexto, percebe-se a importância sociocultural do surgimento das Ligas Camponesas na Paraíba, em virtude do enfrentamento à violência que os trabalhadores rurais eram vítimas. As Ligas Camponesas tiveram uma enorme adesão por parte desses trabalhadores, que encontraram nessas entidades agrárias a oportunidade de expressar público e coletivamente todo sofrimento dos quais vinham sendo vítimas em silêncio.

Foi exatamente para lutar contra esse quadro dantesco de sofrimento e de exploração que as Ligas Camponesas surgiram e se consolidaram no Nordeste em virtude da fundação da Sociedade de Agricultores e a criação da Sociedade dos Plantadores de Pernambuco, em janeiro de 1955, no Engenho Galileia, situado no município pernambucano de Vitória de Santo Antão (JULIÃO, 2009).

Mais uma vez é perceptível o quanto as Ligas Camponesas foram determinantes à luta dos trabalhadores rurais e a geração de oportunidades e acesso às informações e, conseqüentemente, pela luta de seus direitos. Uma luta que não é mais isolada, pois passa a ter agora a participação de vários grupos, que partilham experiências, vivências, encorajando uns aos outros, tendo entendimento do valor de todos unidos com o mesmo objetivo.

As Ligas Camponesas se destacam no cenário de levantes populares do campo, devido às táticas de luta e à multiplicação de focos de conflito contra a ordem, questionando o monopólio da terra e o poder das oligarquias rurais. Na Paraíba foram cerca de 40 mil camponeses associados em meados de 1950 e 1960 (BENEVIDES, 1985).

Destaca-se o nascimento de outras Ligas Camponesas, além da de Sapé/PB, em diversos municípios paraibanos: Alhandra, Engenho Miriri, Guarabira, Araçagi, Alagoinha, Bananeiras, Cuitegi, Santa Rita, Alagoa Grande, Mari, Guarabira, Mulungu, Campina Grande, Belém, Mamanguape, Pedras de Fogo, Oitizeiro, Itapororoca, Várzea Nota e Itabaiana (BENEVIDES, 1985, p. 22).

A resistência das Ligas Camponesas só teria efeito prático se vencesse a “cortina de ferro montada pelos latifundiários e encontrasse ressonância além das fronteiras de Sapé, comprometendo as forças progressivas de João Pessoa e utilizando amplamente os meios de comunicação de massa” (BENEVIDES, 1985, p. 33). Dessa maneira, ocorreu uma ligação entre o campesinato paraibano e o mundo urbano da capital, inclusive o movimento social passa a representar os interesses das diversas correntes de camponeses envolvidas na luta de classe.

Na verdade, tais atos eram fruto de uma estrutura fundiária caracterizada pela concentração de terra, assegurando seus privilégios sobre a massa campesina. Os jornais da época serviam como porta-vozes, denunciando as diversas irregularidades praticadas pelos proprietários de terras ou cometidas por seus jagunços contra os camponeses. Segundo Azevedo (1982, p. 35), “o Nordeste teria se transfigurado num barril de pólvora prestes a explodir a qualquer momento”.

Pelo fato das Ligas Camponesas na Paraíba terem iniciado sua atuação no estado no município de Sapé, fez com que a cidade se tornasse o quartel general do movimento campesinato. Isso amedrontou os latifundiários que mantinham em suas fazendas a monocultura da cana de açúcar, enquanto os trabalhadores não dispunham de terras para trabalhar, nem de remuneração condizente com suas atividades. Enfim, tornou-se um problema de injustiça social gritante para época (AUED, 1986).

João Pedro Teixeira desde os anos de 1954 já vinha desempenhando um importante papel na conscientização dos trabalhadores rurais e na luta contra a opressão dos latifundiários. A criação da liga na zona rural da cidade de Sapé, mas especificamente no quintal da casa de João Pedro não durou muito tempo, sendo extinta logo em seguida. Porém, reaparece em 1958, dessa vez com um novo perfil, agora como movimento institucionalizado (AUED, 1986).

Essa roupagem de movimento agrário institucionalizado deu a legalidade e formalidade que as Ligas Camponesas precisavam para sobreviverem diante das ameaças dos proprietários de terra. Como também contribuiu significativamente ao fortalecimento do movimento, que conseguiu mobilizar cada vez mais o número de pessoas a aderirem à luta contra os desmandos dos latifundiários e por melhores condições de trabalho, inclusive em Alagamar (AUED, 1986).

As Ligas Camponesas representavam todas as revoltas desse povo do campo, nela estavam todos que lutavam por dias melhores para essas pessoas, tendo destaque, João Pedro Teixeira. As Ligas Camponesas trouxeram aos trabalhadores rurais paraibanos de Grande Alagamar/PB perspectivas futuras de dias melhores, por isso se engajaram e enfrentaram sem temer o opressor, o latifundiário, o fazendeiro e dono das terras.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

5.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Essa pesquisa caracteriza-se como sendo uma Pesquisa de Campo, de caráter qualitativo, alinhada com uma pesquisa descritiva e exploratória, por meio da aplicação de um roteiro de entrevista com três agricultores que vivenciaram os conflitos pela posse de terra na região de Grande Alagamar, com o objetivo de compreender como se deu a participação da Igreja Católica no movimento social dos camponeses em virtude da disputa pela permanência na terra.

Na perspectiva acadêmica, a Pesquisa de Campo pode ser caracterizada pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, realiza-se coleta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa (FONSECA, 2002).

Para Gil (2007), a pesquisa descritiva é geralmente utilizada na educação e nas ciências comportamentais, tratando-se de estudos de status, sendo mais comum o uso de questionário e/ou roteiro de entrevista. Contudo, uma pesquisa de caráter descritivo tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. Segundo Oliveira (2012, p. 117) esse tipo de pesquisa propicia “ao pesquisador a obtenção de uma melhor compreensão do comportamento de diversos fatores e elementos que influenciam determinado fenômeno.”

A temática em estudo foi desenvolvida e apoiada por uma abordagem qualitativa, em prol da apreensão particular daquilo que se estuda, buscando compreender e interpretar o objeto investigado. Vale destacar que essa monografia foi construída por meio da lógica do método indutivo, em função de características particulares possibilitarem a formulação de conclusões com aspectos gerais (GIL, 2007).

5.2 CAMPO EMPÍRICO

Essa pesquisa ressalta como campo empírico a Fazenda Alagamar, localizada no Município de Salgado de São Félix, situada na região do agreste Paraibano, limita-se ao Norte com Mogeiro; ao sul com Timbaúba e Macaparana, ao leste com Itabaiana, ao oeste com Natuba.

O município tem sua origem em meados do século XVIII, por meio da missão do Pilar, dos Padres Jesuítas.

Pelo fato das águas dos riachos terem acentuado o gosto salgado, a cidade recebera esse nome. Mais tarde missionários da Itália trazem a imagem de São Félix de Cantalice, fato que levou alguns moradores a elegerem o santo como padroeiro da cidade.

A fazenda chamada de Grande Alagamar fazia parte dos municípios de Salgado de São Félix e Itabaiana (Paraíba) e compreendia as “Fazendas Reunidas Santa Cruz”, constituídas por sua vez pelas “Fazendas Alagamar” (Urna, Salomão ou Miguel de Matos, e Piacas), “Campos”, “Várzea Grande”, “Maria de Melo” (ou Caipora) e “Riacho dos Currais”.

Algumas das famílias que moravam nas fazendas de Alagamar, Maria de Melo e Piacas na década de 1980, eram descendentes de moradores que nessas localidades viviam há gerações.

Predominavam pequenos estabelecimentos agrícolas organizados em regime de agricultura familiar, inseridos numa grande propriedade. Os moradores (ou posseiros) tinham “direito” de posse e uso da terra ficando obrigados, em troca (entre outras), a disponibilizarem dias de trabalho gratuitamente (ou a preços bem inferiores do praticado pelo mercado) para prestação dos mais variados serviços ao proprietário legal.

Outra relação de trabalho era a de “foreiro” (ou “rendeiro”). Mais recente na história da Grande Alagamar, os foreiros eram pequenos produtores rurais que não possuíam terras e nem eram moradores tradicionais de terras de outrem. Conseguiram se instalar através de um contrato verbal ou escrito, no qual era definida uma quantidade fixa (de trabalho, renda, produção, etc.) para ser dada em troca do acesso a terra.

A morte do antigo dono, o latifundiário Arnaldo Araújo Maroja, em 1975, representou uma grande mudança na vida das famílias que residiam em Alagamar. Sua morte ocorreu, coincidentemente, em um período marcado pelo avanço do capital agrícola sobre a região de Itabaiana e Salgado de São Félix, assim como em outras localidades da Paraíba. A união desses fatores fez desencadear um longo processo de conflitos, tendo a terra como questão central.

Devido à resistência durante anos, boa parte das famílias conseguiu o direito de permanecer e trabalhar na terra, vivendo no local até os dias atuais.

5.3 SUJEITOS E INSTRUMENTOS NA CONSTRUÇÃO DE DADOS

Os sujeitos entrevistados na construção de dados dessa pesquisa foram três agricultores: Severino Isidro Faustino, Manoel Justino de Araújo e José Justino Neto. O Quadro 1 evidencia as características socioculturais dos respectivos agricultores.

QUADRO 1: Características socioculturais dos sujeitos pesquisados

SUJEITOS	IDADE	TEMPO COMUNIDADE	ESCOLARIDADE	RENDA	MOVIMENTO SOCIAL
Severino	80 anos	80 anos	Fundamental I	Agricultura e Aposentadoria	CENTRAC Sindicato dos Agricultores
Manoel	72 anos	72 anos	Fundamental I	Aposentadoria	Sindicato dos Agricultores
José	72 anos	72 anos	Fundamental I	Aposentadoria	Presidente Sindicato Trabalhadores Rurais de Salgado de São Félix/PB

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

A partir dos objetivos almejados para essa pesquisa foram analisadas, inicialmente, as afirmativas disponibilizadas na entrevista, a partir de um roteiro (Apêndice A) acerca da história de vida três agricultores entrevistados que vivenciaram os contextos dos conflitos de terra nas fazendas do Grande Alagamar no estado da PB.

O instrumento utilizado para a realização da pesquisa foi um roteiro de entrevista (Apêndice A). Marconi e Lakatos (2003, p. 201) definem como sendo “um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas pelos sujeitos participantes”. Também pode ser definido como “um conjunto de questões que são respondidas pelo pesquisado” (GIL, 2007, p. 115).

Antes da realização das entrevistas foi entregue aos três participantes um questionário que foi disponibilizado previamente. O roteiro de entrevista foi aplicado individualmente com os três agricultores, cujo áudio foi digitado pela pesquisadora. Vale destacar que os respondentes participaram de livre e espontânea vontade, com intuito de alcançar determinadas informações sobre a temática.

O roteiro de entrevista objetiva uma melhor compreensão e fornecimento de informação sobre o tema em estudo, já que são de relevância para futuras práticas acadêmico-profissionais, permitindo a possibilidade de registrar e analisar as informações relevantes à pesquisa. Para a utilização do roteiro de entrevista foram considerados alguns aspectos importantes para conhecer a trajetória do assentamento de grande Alagamar.

Por sua vez, em relação à análise dos dados, vale evidenciar que foram trabalhados com a análise de conteúdo que, para Bardin (2006), constitui em compreender e interpretar os dados coletados nessa pesquisa, por meio das concepções metodológicas de Bardin (2006), em virtude de representar uma técnica de pesquisa com características metodológicas, privilegiando a objetividade, sistematização e inferência.

Esta pesquisa utiliza dos critérios de organização de uma análise de conteúdo, segundo Bardin (2006, p. 43): “a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados”. A função primordial da análise do conteúdo será o desvendar crítico.

A análise de conteúdo é uma leitura profunda, determinada pelas condições oferecidas pelo sistema linguístico, objetivando a descoberta das relações existentes entre o conteúdo do discurso e os aspectos exteriores. Ademais, a técnica permite a compreensão, a utilização e a aplicação de um determinado conteúdo (BARDIN, 2006, p. 45).

Vale ressaltar que a análise de conteúdo foi iniciada por meio da leitura das respostas do roteiro de entrevista (Apêndice A), por meio da modalidade de análise temática da enunciação.

Dentre as várias análises propostas por Bardin (2006), essa pesquisa privilegiou a análise temática, além de ser a mais simples, é considerada apropriada para as investigações qualitativas, através da noção de tema, o qual está ligado a uma afirmação a acerca de um assunto específico e por possibilitar um feixe de relações que podem ser codificadas por meio de palavras, frases ou resumos.

6 RESULTADOS DA PESQUISA

Essa pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória decorreu por meio de entrevista a partir do roteiro de entrevista (Apêndice A), com três agricultores que vivenciaram os conflitos pela permanência e posse de terra na de Grande Alagamar, no Agreste paraibano, mais precisamente no município de Salgado de São Félix, com o objetivo de compreender a relevância da participação da Igreja Católica no movimento social dos camponeses dessa região do agreste paraibano.

Ao serem indagados sobre o aprendizado decorrente da participação dos três agricultores que vivenciaram o conflito de Grande Alagamar pela posse da terra, os mesmos responderam que:

Severino: Aprendi ser mais humilde, que a base de tudo é o amor a Deus e aos irmãos, e que tudo começa daqui, é só você acreditar. A Lei 4.504 de 30 de novembro de 1964 da Reforma Agrária e dá outras providências, é a porta de entrada onde nós fomos fazer nossas reivindicações junto ao sindicato de Itabaiana-PB, que nos apoiou, fomos a FETAG e a CONTAG em Brasília (Informação Verbal, 2017).

Manoel: Aprendi o significado da Lei 4504/30/11/1964, que regi a posse da terra (Informação Verbal, 2017).

José: Aprendi o significado da reivindicação dos direitos de forma coletiva, envolvendo os sindicatos de Salgado e Itabaiana e FETAG (Informação Verbal, 2017).

De acordo com as falas dos agricultores respondentes, percebemos que a participação no movimento social contribuiu para empoderar os camponeses e privilegiar a conscientização em relação aos direitos e à legislação vigente. Essas argumentações perpassam pelos argumentos de Souza (1996) ao representar as demandas dessa população em virtude da opressão dos fazendeiros da região de Grande Alagamar.

Mas, em relação à importância de Dom José Maria Pires para a superação do conflito pela permanência e posse da terra de Grande Alagamar, por parte dos camponeses, Severino Isidro Faustino relata que:

Severino: Dom José Maria Pires, foi e continua sendo importante não só em Alagamar, mas em todos os conflitos de terras da Paraíba e do Nordeste, a luta de Alagamar foi junto ao movimento sindical, mas a igreja católica da Paraíba, na gestão de Dom José Maria Pires nos apoiou com médicos, medicamentos, advogados, ele mesmo foi soltar os que foram presos em Itabaiana, Pilar, eu acompanhei tudo, ele ajudou-nos na gravação do hino de Alagamar, que é de minha autoria (Informação Verbal, 2017).

A concepção de Severino alinha-se ao posicionamento de Pereira (2012), ao reportar sobre a relevância da carta pastoral sobre o compromisso da igreja com os fracos e oprimidos, no ano de 1978.

Por sua vez, Manoel Justino de Araújo, relata que, além de “Dom José Maria Pires, também tinham a figura ativa de Dom Helder Câmara, Dom Manoel Pereira da Costa, Dom Marcelo Pinto Cavalheira, Dom Francisco Austragéllico” (Informação Verbal, 2017). Percebemos que todos os religiosos deram um amplo apoio à luta camponesa na época, de tal modo que corrobora com os posicionamentos de Pereira (2012) ao inferir sobre as reuniões coordenadas por representantes das CEB que evidenciam a ligação da Igreja com o movimento social camponês. Enquanto que José Justino Neto relata que “o apoio da Igreja ao povo, orientando a não violência” (Informação Verbal, 2017).

Mas, ao serem questionados sobre as mudanças que vivenciaram após a conquista da posse da terra e, conseqüentemente, do conflito do Grande Alagamar, os agricultores responderam que:

Severino: Houve uma grande transformação, antes nós não tínhamos conhecimento do valor da união, e de lutar juntos por uma só finalidade, a posse da terra, que nós só plantávamos quando o latifundiário dava ordens, e o algodão era sujeito a só vender na fazenda, do preço e o peso dele. Hoje nós só dependemos de Deus e do inverno bom (Informação Verbal, 2017).

Manoel: O que mudou foi que nos tornamos mais responsáveis e firmes para lutar pelos nossos ideais (Informação Verbal, 2017).

José: Houve melhoras em partes, pois o governo desapropriou as terras, mas não houve estruturas (Informação Verbal, 2017).

De acordo com as falas dos respondentes, entendemos tal como Passos (2011) e Pereira (2012), em virtude da luta pela posse de terra em Grande Alagamar representar um divisor de águas na vida desses camponeses. Pois em virtude do movimento social em torno dessa temática esses agricultores conseguiram conquistar muito mais do que o direito à posse e permanência na terra, em virtude de conquistarem autonomia e as rédeas de suas vidas, tonando-se senhores de si.

Dessa maneira, compreendemos que os relatos dos agricultores corroboram com as argumentações de Bonetti (2007) e Benevides (1985), pois o campo do interior nordestino foi palco de vários movimentos sociais de luta pela terra. E, inclusive, as Ligas Camponesas marcaram a história da luta pela terra camponesa.

De acordo com os relatos de Severino Faustino da Silva:

Houve uma grande transformação, antes nós não tínhamos conhecimento do valor da união, e de lutar juntos por uma só finalidade, a posse da terra, que nós só plantávamos quando o latifundiário dava ordens, e o algodão era sujeito a só vender na fazenda, do preço e o peso dele. Hoje nós só dependemos de Deus e do inverno bom. [...] Nós somos livres e independentes em nossas terras, que são registradas em torno de 300 glebas, com escrituras públicas no cartório de Itabaiana, temos INCRA, ITR. Nós não invadimos terras, lutamos pela terra que nascemos (Informação Verbal, 2017).

Segundo Severino Faustino da Silva:

Nossa união continua, mas nós perdemos mais de 100 irmãos da luta de base, que faleceram, os que restam estão ficando cansados, e só encontramos nos eventos, nas missas, e estamos apelando para a juventude, em especial estudantes, eu ainda continuo nas ASPPASF e no CMDRS de Itabaiana PB (Informação Verbal, 2017).

Na oportunidade uma multidão aguardava o presidente e, segundo relatos de Manoel Justino e José Neto, “também estava presidente o rei do baião Luiz Gonzaga, chamamos a atenção para o fato que atualmente esses assentados ainda não receberam o título definitivo das terras” (Informação Verbal, 2017).

Segundo Manoel Justino de Araújo “o que mudou foi que nos tornamos mais responsáveis e firmes para lutar pelos nossos ideais, pois fizemos parte de movimentos sociais em reivindicações dos nossos direitos, a exemplo de participar do ato público contra a reforma da previdência” (Informação Verbal, 2017).

Por outro lado, de acordo com os relatos de Severino Faustino da Silva, na época do movimento não tinham conhecimento das Ligas Camponesas na Paraíba, mas ouviram muito falar em João Pedro Teixeira:

Severino: Nós na maioria não participamos das Ligas Camponesas, e os que participaram não estavam mais aqui em Alagamar, que foram despejados pelo proprietário Arnaldo Maroja, nos anos de 2000, chegamos a conhecer a Sra. Elizabeth Teixeira e uma filha dela (Informação Verbal, 2017).

Manoel complementa dizendo que “Apenas ouvimos falar, mas não tivemos conhecimento” de João Pedro Teixeira (Informação Verbal, 2017). Enquanto que José reconhece que “é necessário que haja mais compreensão do povo e apoio dos representantes municipais estaduais e federais” em relação à relevância histórico-social do conflito de Grande Alagamar para a história da Paraíba (Informação Verbal, 2017).

Portanto, os relatos dos agricultores entrevistados nessa pesquisa evidenciam os posicionamentos de Bandeira, Silveira e Miele (1997) e Pereira (2012), em virtude da região

de Grande Alagamar ser retratado pelos camponeses que trabalhavam na lida do campo e conseguiram a superar a ambição e a ganância dos poderosos fazendeiros, cuja união e mobilização social em conjunto com a Igreja Católica contribuíram para conquistarem a posse da terra.

Atualmente a comunidade oriunda do assentamento de Grande Alagamar, de modo geral, encontra-se unida, os que desejam continuam plantando suas roças ou pomar para o seu consumo, apesar das dificuldades climáticas, as pessoas que participaram do movimento pela posse da terra hoje são aposentados.

Não percebemos nos jovens que residem em Alagamar, o interesse pela história e resistência de luta pela posse da terra naquela localidade. Alguns dos que lá residem participam de movimentos sindicais, mas, não há um interesse maior em divulgar o fato histórico da luta desse povo, pois, com isso a história de coragem e determinação que seus familiares viveram seria mantida viva na memória de todos.

Talvez pelo fato das escolas da Grande Alagamar não disponibilizarem um currículo que contemple relatos da história da luta social pela posse e permanência na terra, tenha levado os jovens a não conhecer de fato essa história e, conseqüentemente, ter um interesse maior em preservar e divulgar esses acontecimentos que são partes de suas vidas.

Não percebemos existir um espírito de coletividade e de luta nos mais jovens, porém, ao ouvir os depoimentos dos que participaram da luta pela terra, costumamos ficar encantado com o modo saudoso e apaixonado que retratam a luta no passado.

Atualmente não há na comunidade, como um todo, um senso comum de organização social, um interesse em reavivar, construir e fortalecer uma associação, onde possam discutir e planejar propostas de melhoria para comunidade e até um local e uma oportunidade de se encontrar para partilhar suas histórias de vida e assim estarem em constante contato e conseqüentemente fortalecendo os laços de afeto e amizade.

Dessa maneira podemos compreender que os elos comunicantes entre o movimento social na época dos conflitos de terra e a organização sociocultural do Grande Alagamar perpassam pelo fato dos três agricultores entrevistados nessa pesquisa ainda atuarem ativamente nos respectivos movimentos sociais, por meio dos sindicatos, tornaram-se agentes multiplicadores dos ensinamentos de Dom José Maria Pires e relevância da união dos camponeses em torno das questões relativas á posse e permanência na terra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Igreja Católica desempenhava um papel de justiça e luta por igualdade, fazendo com que a história de conflito pela posse da terra do povo de Grande Alagamar alcançasse repercussão nacional e internacional, no grande assentamento da Fazenda Alagamar, no município de Salgado de São Félix, na Região do Agreste da PB. A Igreja foi sem dúvida a principal responsável pela organização da comunidade de Alagamar na luta pela posse e permanência na terra. Foi ela que esteve presente desde os primeiros momentos, nos quais os agricultores se reuniam para discutir as condições em que viviam juntos planejavam estratégias e alternativas para enfrentar o latifundiário.

Os agricultores contaram com o apoio logístico, jurídico, moral, econômico e social da Igreja, onde na pessoa de Dom José Maria Pires, como representante da Igreja Católica na Paraíba e sendo ele que naquele momento estava a frente da Instituição, fez-se presente a frente de todos os acontecimentos que envolvia os agricultores de Alagamar.

Dom José representou em todos os espaços possíveis a voz e os interesses do povo de Alagamar, tomou para si a dor e o sofrimento de cada um. Enfrentou com determinação e coragem o poder organizado dos grandes fazendeiros e tornou de conhecimento de toda sociedade a luta e a violência enfrentadas por esses agricultores

Dom José conseguiu sensibilizar instituições, associações, federações, mídia e algumas lideranças, em favor da causa dos agricultores de Alagamar, e assim de maneira gradativa e pacífica conquistar o direito dos trabalhadores permanecer e trabalhar na terra.

Com isso entendemos a importância em resgatar, registrar e divulgar essa história de luta para que se torne um acervo a serviço da comunidade e a mesma tendo acesso a esses fatos históricos possa se apropriar dessas informações e ter um interesse de se tornar um divulgador, multiplicador de uma história de resistência e vitória, de um povo sofrido e oprimido que conquistou seu direito a terra sem fazer uso da violência.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Paulo Fernando Carneiro. **Fé e Eficácia**: o uso da sociologia na teologia da libertação. João Pessoa: Edições Loyola, 2006.
- AUED, Bernardete. W. **A vitória dos vencidos**: Partido Comunista Brasileiro e ligas camponesas 1955-64. Florianópolis: UFSC, 1986
- AZEVEDO, Fernando Antônio. **As Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- AZZI, Riolando; GRIJP, Klaus van der. **História da igreja no Brasil**: ensaio de interpretação a partir do povo: tomo II3/4: terceira época: 1930-1964. Petrópolis: Vozes, 2008.
- BALDUINO, Dom Tomás. A dimensão religiosa nas mobilizações do campesinato. In: CHEVITARESE, André (Org.) **O camponês na história**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2006.
- BANDEIRA, L.M.; SILVEIRA, R.M.G.; MIELE, N. (Orgs.). **Eu marcharei na tua luta**: A vida de Elizabeth Teixeira. João Pessoa: editora universitária/UFPB, 1997.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Ed. 70, 2006.
- BENEVIDES, Cezar. **Camponeses em marcha**. São Paulo: Paz e Terra, 1985.
- BONETTI, Lindomar Wessler. Educação e Movimentos Sociais Hoje. In: ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto; JEZINE, Edneide (Orgs.). **Educação e Movimentos Sociais novos olhares**. São Paulo: Editora Alínea, 2007.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – CPT. **Conflitos no Campo Brasil 2011**. Relatório. 27 ed. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/finish/43/274?Itemid=23>> . Acessado em 26 nov 2017.
- FONSECA J.J. S. **Metodologia da Pesquisa Científica**. Universidade Estadual do Ceará. 2002.
- GIL,A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- INFORMATIVO ARQUIDIOCESANO. **A luta do Povo de Alagamar n. 83**, jan/fev, 1980.
- JULIÃO. Que São Ligas Camponesas? [1962]. In. WELCH, Clifford A. et al (org.). **Camponeses brasileiros**: leituras e interpretações clássicas. Vol. 1. São Paulo: Editora da UNESP, 2009.
- MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MEMORIAL DAS LIGAS CAMPONESAS. Disponível em <www.ligascamponesas.org.br>. Acessado em 10 dez 2017.
- MUNIZ, Iranice Gonçalves. **Protagonistas de um Sonho**: desafio da assessoria jurídica no campo. João Pessoa: Imprell, 2000.

NUNES. **João Pedro Teixeira** - um mártir do Latifúndio. Rio de Janeiro: Ideias, 2011.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

PASSOS, Mauro (Org.). **Um profeta em movimento**. Belo Horizonte: O lutador, 2011.

PEREIRA, Vanderlan Paulo de Oliveira. **Em nome de Deus, dos pobres e da libertação: ação pastoral e política em Dom José Maria Pires, de 1966 a 1980**. (Dissertação de Mestrado), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil, 2012.

SOUZA, Francisco de Assis Lemos. **Nordeste, o Vietnã que não houve: ligas camponesas e o Golpe de 64**. Londrina: UEL/UFPB, 1996.

VANDECK, Santiago. **Francisco Julião: luta, paixão e morte de um agitador**. Recife: Assembleia Legislativa, 2001. (Série Perfil Parlamentar Século XX, 8).

APÊNDICE – ROTEIRO DE ENTREVISTA



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

- 1- O QUE VOCÊ APRENDEU PARTICIPANDO DO CONFLITO DE ALAGAMAR PELA POSSE DA TERRA?
- 2- QUAL A IMPORTÂNCIA DE DOM JOSÉ MARIA PIRES PARA A VITÓRIA NO CONFLITO?
- 3- DEPOIS DA POSSE DA TERRA, O QUE MUDOU NA VIDA DE VOCÊS?
- 4- COMO VOCÊ SE SENTE HOJE NO ASSENTAMENTO? LIVRE OU OPRIMIDO?
- 5- EXISTE UNIÃO HOJE ENTRE OS CAMPONESES DE ALAGAMAR? EXEMPLIFIQUE.
- 6- NA ÉPOCA DO MOVIMENTO VOCES TOMARAM CONHECIMENTO DAS LIGAS CAMPONESAS NA PARAIBA? OUVIRAM FALAR EM JOÃO PEDRO TEIXEIRA?